

O ensino de jornalismo a distância: tendências e desafios

Valdenise Schmitt¹¹
Francisco Antonio Pereira Fialho²

Resumo

Em poucos anos dificilmente existirá um curso superior totalmente presencial. O objetivo deste artigo é apresentar o cenário brasileiro da Educação a Distância no ensino superior e algumas reflexões sobre o ensino de Jornalismo na modalidade a distância. Inicialmente são apresentados dados sobre o surgimento dos cursos superiores no Brasil; depois, da Educação Superior na modalidade a distância; e, em seguida, do ensino de jornalismo, descrevendo algumas alternativas iniciais de educação a distância e algumas experiências recentes de utilização de tecnologias de comunicação e informação na mediação didático-pedagógica. Atualmente, a combinação entre momentos presenciais e a distância parece ser uma alternativa positiva para o ensino de jornalismo.

Palavras-chave: Educação Superior. Educação Superior a Distância. Ensino de Jornalismo. Tendências na Educação. Novas Tecnologias.

Abstract

In the near future, it will hardly exist a fully presential journalism graduation course. The main goal of this article is to present the existing scenario of the Brazilian Distance Learning system and explore some ideas about teaching journalism using non presential methods. Initially, we present historical data about the development of the higher education in Brazil, followed by a description of early initiatives to introduce long distance teaching at the university level, specially among journalism and communication schools. We present some recent Brazilian experiences of using new information and communication technologies in the pedagogic mediation. The outcome of the article is that a combination of presential and distance methods could contribute a lot to improve journalism teaching in graduation courses.

Keywords: College Degree. Distance College Degree. Teaching Journalism. Trends in Education.

-
- 1 Jornalista; Especialista em Desenvolvimento de Aplicações Web; Especialista em Novas Mídias, Rádio e TV, Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento; aluna de Doutorado do Programa Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: va.schmitt@gmail.com
 - 2 Engenheiro Elétrico; Psicólogo; Mestre em Engenharia de Produção; Doutor em Engenharia de Produção. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Engenharia e Gestão do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: engenharia do conhecimento, mídias do conhecimento, eco-ergonomia, gestão do conhecimento e ergonomia cognitiva. E-mail: fapfialho@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo aparece como profissão no fim do século XIX (WIEN, 2005). Conceitualmente, segundo Marques de Melo (2007, p. 7), é

um processo social que se articula a partir da relação (periódica oportuna) entre organizações formais (editoras/empresas) e coletivas (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema/internet) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universais, culturais ou ideológicos).

Em 1908, para alcançar duas metas inter-relacionadas, (a) aperfeiçoar o conhecimento e a habilidade intelectual dos jornalistas e (b) melhorar a imagem do jornalismo, foi fundada na *University of Missouri*, nos Estados Unidos, a primeira escola de jornalismo do mundo, a *University's School of Journalism* (DE BURGH, 2005).

No Brasil, a primeira iniciativa sistematizada de ensino de jornalismo aparece na modalidade a distância. Em uma época que não existiam escolas de Comunicação no País, Vitorino Prata Castelo Branco lança o Curso Livre de Jornalismo para ensinar a profissão a todos que quisessem aprendê-la (KOBAYASHI, 2004; DIAS, 2004).

Na atualidade, quando se ouve falar no ensino de jornalismo a distância, muitos desaprovam a idéia, principalmente quando consideram disciplinas pouco adequadas para essa modalidade de ensino, entre elas, aquelas que exigem prática de laboratório, como televisão e rádio (QUINN; TRENCH; O'SULLIVAN, 2003).

Apesar da resistência de alguns professores e alunos por tal modalidade educacional - entendida neste artigo como a mediação didático-pedagógica em que os processos de ensino e aprendizagem ocorrem "com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos" (BRASIL, 2005, p. 1) -, experiências no ensino de jornalismo através de tecnologias de informação e comunicação (TIC's) tendem a ser cada vez mais realizadas e, conseqüentemente, relatadas, em maior número, pela comunidade acadêmica em artigos e encontros científicos, à medida que a EAD se firme como possibilidade concreta e importante para a aprendizagem dos indivíduos na sociedade do conhecimento.

Neste artigo, apresenta-se o cenário da Educação a Distância (EaD) no ensino superior, com enfoque especial ao ensino de jornalismo. Em face dessa proposta, realizou-se uma pesquisa exploratória, delineada por meio de pesquisa bibliográfica.

Na seção seguinte apresenta-se, sucintamente, o contexto do aparecimento das primeiras escolas e instituições de ensino superior; na seção 3 trata-se da Educação Superior na modalidade a distância; na seção 4 aborda-se o ensino de jornalismo a distância. Algumas experiências no ensino superior de jornalismo que combinam

a prática presencial e virtual - publicadas e, encontradas até onde se pesquisou, em livros e documentos eletrônicos -, são relatadas nesta seção. Por fim, são esboçadas considerações conclusivas sobre o assunto.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR

A universidade no Brasil aparece tardiamente. Os primeiros cursos são criados por D. João VI após a chegada da família real em 1808. Esses dão origem às escolas e instituições profissionalizantes – “o conjunto de nossas instituições de ensino superior até a República” (MENDONÇA, 2000, p. 5).

Até a Proclamação da República (1889), “o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social” (MARTINS, 2002, p. 1).

Após 1889, as instituições universitárias começam se articular em estruturas universitárias. Em 1934 é criada a primeira universidade do Brasil, a Universidade de São Paulo, e em 1937, a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) (RIBEIRO, 2005; SCHWARTZMAN, 2006).

Nas últimas décadas, o ensino superior expandiu-se rapidamente. Segundo dados do Inep (INEP, 2007), em 2005, o Brasil contava com 2.165 instituições de educação superior, entre essas, 176 universidades; 114 centros universitários; 117 faculdades integradas; 1.574 faculdades, escolas e institutos; 184 Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia (CET/FaT).

Menos de um século após a fundação da primeira universidade, algumas instituições se aventuraram na oferta de cursos superiores a distância, conforme pode ser conferido a seguir.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

No fim do século XX, por iniciativa direta das universidades tradicionais brasileiras, começa a ser ofertado o ensino superior na modalidade a distância³ (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003).

Em 1994, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) inicia a oferta de cursos superiores a distância. Empregando a mídia impressa, oferece o curso “Educação Básica: 1ª. a 4ª. séries” com o objetivo de formar 370 professores leigos que atuavam no ensino fundamental no interior do Estado. Logo, a proposta bem-sucedida dessa universidade começou a ser imitada por outras instituições que passaram a ofertar cursos de licenciatura a distância (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003).

3 A EaD no Brasil “tem como marco histórico a implantação das Escolas Internacionais” em 1904 (ALVES, 1999, p. 1).

As universidades, centros de pesquisa e instituições públicas e privadas pioneiras no ensino a distância, de acordo com Vianney, Torres e Silva (2003, p. 22),

dominaram em poucos anos o ciclo de desenvolvimento para criar ambientes virtuais de aprendizagem, estabeleceram metodologia própria para formatar e publicar conteúdos multimídia, desenvolveram logística para oferecer cursos a distância em escala nacional, criaram estratégia de gerenciamento administrativo e abordagens pedagógicas para atender alunos on-line em centrais remotas de monitoria e tutoria.

Até 1998, ano da publicação da regulamentação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), apenas a UFMT oferecia curso de graduação a distância, em caráter experimental. A partir desse ano, houve crescente aumento do número de pedidos de credenciamento e autorização⁴ de cursos superiores regulares na modalidade a distância (MINISTÉRIO, 2002). A questão, como mostrada na Figura 1, se refere à dificuldade da modalidade a distância em cursos que demandam por laboratórios.

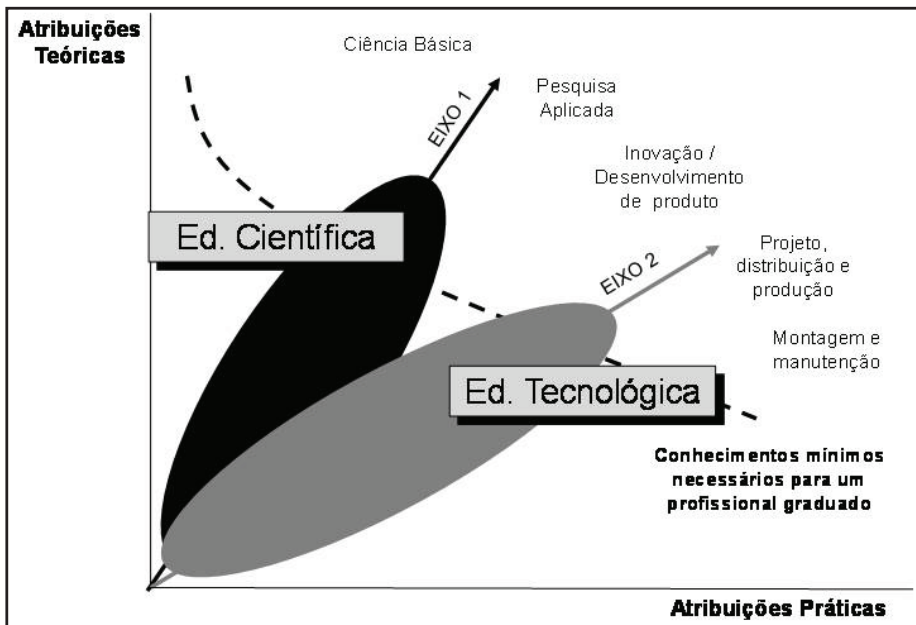


Figura 1 – Educação Científica e Tecnológica.

Fonte: NETTO, 2005.

⁴ Para estar credenciada "a instituição interessada em oferecer cursos superiores a distância precisa solicitar credenciamento específico a União" (MINISTÉRIO, 2007) ao passo que para estar autorizada precisa receber dos órgãos competentes dos receptivos sistemas de ensino, autorização para que seus cursos e programas criados possam ser implementados para oferta (BRASIL, 2005). No Brasil, até dezembro de 2006, segundo Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, a partir dos Pareceres do Conselho Nacional de Educação e Portarias do Ministério da Educação, 152 instituições de ensino superior estavam credenciadas para oferecer programas de Educação a Distância (INSTITUTO, 2007).

Segundo Romiszowski (2003), a área mais ativa da EaD na educação formal é o ensino superior. Quase uma centena de instituições de ensino superior está credenciada e autorizada a ministrar cursos de graduação a distância. Automaticamente, essas instituições também estão credenciadas para a oferta de cursos a distância de Pós-Graduação *Lato Sensu* (MINISTÉRIO, 2007).

Fato interessante a se destacar é que, passado mais de uma década do início da EaD no ensino superior⁵, ainda predomina a oferta de cursos de formação de professores e a mídia impressa continua sendo o material mais utilizado em 84% das instituições, seguida da Internet – 63% das instituições a utilizam para mediar o processo ensino-aprendizagem (MORAN, 2006a).

O Quadro 1 indica a situação, em 2004, de acordo com o MEC, dos cursos de graduação a distância oferecidos. Observe-se a dificuldade em cursos que demandam por laboratórios, ou do ensino tipo oficina, em que a prática é parte indissociável da formação (MENDES, 2007).

Modalidade de graduações	Número de cursos	Áreas dos cursos	Oferta de aulas práticas
Totalmente teóricas	31	Gestão, Ciências e Licenciatura	-
Com exigência de laboratórios	02	Engenharia Química, Ciências Biológicas	Presencial

Quadro 1. Modalidade de graduações oferecidas em 2004.

Fonte: MENDES (2007, p. 20).

O Quadro 2 apresenta os cursos de graduação credenciados pelo MEC em 2007, segundo um levantamento junto à Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) (MENDES, 2007). Nota-se o pouco crescimento e, mais uma vez, a necessidade de aulas presenciais em cursos tecnológicos ou que demandem por laboratórios. Embora possível, o uso de laboratórios virtuais e simuladores não parece ter sido, ainda, implementado, apontando para uma área em que pesquisas de base ainda são necessárias.

Modalidade de graduações	Número de cursos	Áreas dos cursos	Oferta de aulas práticas
Totalmente teóricas	39	Gestão, Ciências e Licenciatura	-
Com exigência de laboratórios	06	Engenharia Química, Biologia, Educação Física	Presencial

Quadro 2. Modalidade de graduações oferecidas em 2007.

Fonte: MENDES (2007, p. 21).

5 Segundo dados do Censo de Educação Superior de 2006, divulgado no final de 2007, do qual participaram 2.270 instituições brasileiras - 248 públicas e 2.022 privadas -, a oferta de cursos superiores de EAD cresceu 571% entre 2003 e 2006 – o número de cursos ofertados passou de 52 para 349 (EDUCAÇÃO, 2007).

2.1 Legislação para cursos superiores a distância

As bases legais da EaD foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Essa foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622/05, com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361/04 (MEC, 2006).

A legislação que regulamenta a Educação Superior na modalidade a distância, tomando como base o trabalho de Martins (2006), se resume:

- **Art.80 da LDB, Lei 9.394/96** (poder Público incentiva o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada)
- **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005** (regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional)
- **Resolução CES/CNE n. 1/2001, de 3 de abril de 2001** (estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação)
- **Portaria n. 4.059/04, de 10 de dezembro de 2004** (autoriza as instituições a ofertar disciplinas a distância, parcial ou integralmente, desde que não ultrapasse 20% da carga horária total do curso)
- **Portaria Normativa n. 2, de 10 de janeiro de 2007** (dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância)⁶.

Para o credenciamento as instituições interessadas em oferecer cursos a distância precisam solicitar credenciamento específico comprovando sua capacidade em oferecer tais cursos. Uma vez credenciadas, podem “criar novos cursos superiores sem necessidade de autorização do MEC, estando submetidos apenas aos processos de reconhecimento” (MINISTÉRIO, 2007).

As Universidades Federais de Ensino Superior estão autorizadas, em caráter experimental - por dois anos -, para a oferta de cursos superiores a distância, conforme autorização do Ministério da Educação, Portaria n.º 873/06 (MINISTÉRIO, 2007).

Mesmo sendo classificados como cursos a distância, tais cursos exigem momentos presenciais, seja na sede da instituição ou nos pólos de apoio presencial credenciados para avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório (MINISTÉRIO, 2005, 2007).

⁶ Essa Portaria Normativa foi acrescentada pelos autores do artigo.

2.2 Cenário e Tendências

O Brasil está em “uma fase de amadurecimento da EaD, de legitimação e de consolidação das instituições competentes” (MORAN, 2006a). O número de cursos oferecidos na modalidade a distância, em comparação ao presencial, é pouco expressivo. Em 2005 (INEP, 2007), 189 cursos foram ofertados na modalidade a distância, contra 20.407 oferecidos na modalidade presencial.

Moran (2006a.) acredita que está se “caminhando para uma aproximação sem precedentes entre os cursos presenciais (cada vez mais semipresenciais) e os a distância.” Em sua opinião, as redes estão provocando mudanças profundas na educação presencial e a distância: daqui há dez ou quinze anos não se falará mais em cursos presenciais ou a distância, pois esses “serão extremamente flexíveis no tempo, no espaço, na metodologia, na gestão de tecnologias, na avaliação.”

Em 1998, o documento da Unesco (UNESCO, 1998) intitulado *Aprendizaje Abierto y a Distancia: perspectivas y consideraciones políticas* já alertava que no futuro a educação a distância se tornaria um elemento importante nos sistemas de educação e formação e que grande parte das instituições a ofertariam. Em razão disso, prognosticava que a diferença entre o ensino presencial e a distância ficaria ainda menor sob todos os aspectos.

A tendência na educação contemporânea, segundo o relatório da Comissão Assessora para a Educação a Distância (MINISTÉRIO, 2002, p. 2), é a

crescente inserção dos métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância em um sistema integrado de oferta de ensino superior, permitindo o estabelecimento de cursos com combinação variável de recursos pedagógicos, presenciais e não presenciais, sem que se criem dois sistemas separados e mutuamente excludentes de formação. A atribuição de maior ou menor presença, maior ou menor uso de tecnologia nos processos educativos de nível superior será determinada pela ponderação da natureza do curso, de seus objetivos e conteúdos, e da possibilidade de acesso metodológico à tecnologia adequada.

Esse cenário educacional tende a se confirmar em razão da flexibilização curricular estabelecida pelas Portarias n. 2.253/01 e 4.059/04 do MEC. Essas autorizam as instituições de ensino superior a introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, disciplinas integral ou parcialmente a distância, desde que essa oferta não ultrapasse até 20 % da carga horária total do curso (MINISTÉRIO, 2001, 2004).

Praticada informalmente desde 1999, a oferta de disciplinas integral ou parcialmente a distância começa a ser empregada com mais ênfase a partir de 2002, “criando um novo foco para a EaD no Brasil”. As instituições particulares se destacam na oferta dessas disciplinas, uma vez que as criam para evitar o inchaço de turmas em matérias com alta concentração de alunos em dependências - reprovados em semestres anteriores -, e para atender, sem a necessária multiplicação de salas físicas, um

número maior de alunos de diferentes áreas que cursam disciplinas comuns no ciclo inicial (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003, p. 39).

Ao se referir aos 20%, Moran (2006a) acredita que esse percentual

é uma etapa inicial de criação de cultura online. Mais tarde, cada universidade irá definir qual é o ponto de equilíbrio entre o presencial e o virtual em cada área do conhecimento. Não podemos definir a priori uma porcentagem aplicável de forma generalizada a todas as situações. Algumas disciplinas necessitam de maior presença física, como as que utilizam laboratório, as que precisam de interação corporal (dança, teatro....). O importante é experimentar diversas soluções para diversos cursos.

Independente da modalidade de ensino, Moran (2006a) assinala que os cursos superiores precisam focar mais na pesquisa do que no conteúdo; mais na investigação e projetos do que na leitura pronta. Dessa forma, segundo o autor, os cursos reproduzirão um modelo de ensino adequado para a sociedade da informação e do conhecimento.

Na seqüência abordam-se aspectos históricos, assim como tecnologias de comunicação e informação empregadas para mediar o processo ensino-aprendizagem de jornalismo.

4 ENSINO DE JORNALISMO A DISTÂNCIA

Na década de 40 do século passado, conforme já mencionado na introdução, Vitorino Prata Castelo Branco, com o intuito de ensinar a profissão jornalística oferece o Curso Livre de Jornalismo. Além de ser pioneiro no ensino dessa profissão, Castelo Branco teve o mérito de difundir o ensino a distância em uma época em que não existia televisão, computadores ou Internet no Brasil (KOBAYASHI, 2004).

4.1 Sobre o primeiro curso de jornalismo a distância

Inicialmente, ministrado por meio de palestras na sede da Associação Paulista dos Profissionais de Imprensa, em 1943, o Curso Livre de Jornalismo passou a ser vendido e enviado mensalmente por correspondência na forma de apostila. (KOBAYASHI, 2004; DIAS, 2004).

Dividido em doze aulas, no Curso Livre de Jornalismo aprendia-se “Técnica Jornalística”, “Resumo Histórico” e “Exercícios”, a parte prática do curso (KOBAYASHI, 2004; CUNHA et al., 2004). Ao final, o aprendiz deveria “dominar as técnicas jornalísticas e desenvolver um apurado senso crítico e de responsabilidade, visto que era ao mesmo tempo aluno e professor” (KOBAYASHI, 2004, p. 1).

Segundo Kobayashi (2004), alguns temas abordados no curso de Castelo Branco, entre eles, ética, poder da imprensa, necessidade de formação jornalística, papel

social do jornalismo e liberdade de imprensa, ainda são bastante discutidos nos dias atuais. Entretanto, a replicação de tal curso hoje exigiria uma atualização no que se refere às atuais tecnologias empregadas para a produção jornalística, uma vez que a sociedade da época contava apenas com a mídia impressa e radiofônica para se manter informada sobre fatos e acontecimentos.

Em 1945, Castelo Branco editou o livro *Curso de Jornalismo*, uma compilação original do *Curso Livre de Jornalismo*. Hoje restam apenas 3 edições em bibliotecas nacionais: Biblioteca Mário de Andrade (SP), Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e Biblioteca Nacional (RJ) (KOBAYASHI, 2004).

A iniciativa de Castelo Branco “desencadeou uma ‘série de cursos livres de jornalismo que viriam a existir em várias cidades brasileiras, paralelamente aos cursos regulares e até mesmo, um desafio a eles” (MARQUES DE MELO, 1974 apud KOBAYASHI, 2004, p. 1).

Os primeiros cursos regulares de jornalismo foram criados a partir de ações de donos de jornais que buscavam modernizar suas redações. A primeira escola de jornalismo, Escola de Jornalismo Cásper Líbero (CALDAS; GONÇALVES, 2006), foi fundada em São Paulo pelo jornalista e empresário Cásper Líbero em 16 de maio de 1947, “após um período de três anos de espera em que foram resolvidas questões legais.” (CUNHA et al., 2004, p. 4). Em 2005, havia 333 escolas de jornalismo no Brasil: 24 na região Norte, 51 na região Nordeste, 171 na região Sudeste, 57 na região Sul e 30 na região Centro Oeste (INEP, 2007).

4.2 As tecnologias de informação e comunicação no jornalismo

As tecnologias de comunicação e informação não criaram somente novos modelos de publicação, elas influenciaram o processo de aprendizagem, inclusive, o ensino de jornalismo (BIERHOFF; SCHMIDT, 1997).

Desde os anos 60 do século passado, instituições européias e americanas se aventuraram na oferta de cursos de capacitação a distância em jornalismo, apesar da complexidade de se integrar aprendizagem e tecnologia (ARANT, 1996; REIS et al., 2000; QUINN; TRENCH; O’SULLIVAN, 2003).

Recentemente, instituições de ensino superior começaram a ofertar programas parcial ou totalmente a distância. Algumas empregam, em conjunto, métodos tradicionais de educação a distância (tais como fitas VHS, material impresso, vídeo e teleconferência) recursos *on-line* e encontros presenciais, outras, fazem uso apenas de recursos *on-line* (ARANT, 1996; REIS et al., 2000; QUINN; TRENCH; O’SULLIVAN, 2003).

A exemplo de instituições norte-americanas e européias, no Brasil, o desenvolvimento da *Web* impulsionou o ensino de jornalismo a distância. Muitas escolas de comunicação vêm adotando elementos da educação a distância como um suporte ao

ensino presencial. Entre esses destacam-se: *fóruns*, e-mail, *blogs*, ambientes virtuais de aprendizagem e páginas na Internet para acesso ao material do curso (QUINN; TRENCH; O'SULLIVAN, 2003; LAURINDO, 2004; BARCELLOS, 2006, MACHADO; PALACIOS, 2007).

Segundo Fidalgo (2001), o uso de tais potencialidades no âmbito do ensino e na aprendizagem em um curso de comunicação/jornalismo não implica a alteração da estrutura curricular, visto que os recursos on-line podem ser utilizados para reforçar a formação tradicional. O autor entende que pode haver dúvidas sobre o ensino totalmente on-line, isto é, “sobre uma aprendizagem em que não há contatos pessoais, onde toda a comunicação é feita online, mas não pode haver dúvidas que mais e mais professores das universidades tradicionais terão que recorrer à Internet como meio privilegiado de disponibilizar informação”

4.3 Relato de algumas experiências

Ainda não está claro o impacto a EaD terá no ensino superior nas próximas décadas (REIS et al., 2000). No Brasil, a tendência é que disciplinas que não exijam aulas em laboratório passem a incorporar métodos de educação a distância na estrutura curricular de seus cursos, incentivados pelas Portarias n. 2.253/1 e n. 4.059/04 que estabelecem que até 20% da carga horária pode ser ofertada a distância.

Além de cursos de atualização profissional sendo ofertados a distância, entre esses aqueles oferecidos pela empresa brasileira de consultoria/assessoria Comtexto Comunicação e Pesquisa (www.comtexto.com.br), existem escolas de jornalismo ofertando disciplinas parcial ou integralmente a distância.

A seguir algumas experiências com tecnologias de comunicação e informação utilizadas para mediar o processo ensino-aprendizagem de jornalismo, publicadas em trabalhos científicos e localizadas pelos autores deste artigo, são apresentadas.

Em Portugal, o professor da Universidade da Beira do Interior, António Fidalgo (FIDALGO, 2001), utilizou as potencialidades da Internet ao ministrar a disciplina *Semiótica Geral* na Universidade Beira do Interior. Segundo o professor, a utilização da Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (Bocce) e da Revista de Recensões de Comunicação e Cultura (Resencio) para a publicação de material educacional e, o uso de fórum para discussão permitiu, respectivamente, (a) maior e melhor acesso dos alunos a textos científicos e, (b) melhor acompanhamento da disciplina por parte dos alunos e do modo como esses estão assimilando a matéria por parte dos professores.

Para Fidalgo (2001, p. 4), o uso do fórum

é uma excelente forma de os alunos acompanharem as matérias..., de colocarem questões, de estender a discussão das matérias leccionadas a áreas afins. Mais do que um perguntar do aluno e responder do professor, típico das aulas, os alunos respondem uns aos outros, e toda a turma tem a possibilidade de acompanhar a discussão.

Dentre aqueles que empregaram as potencialidades da rede no Brasil para o ensino de jornalismo, menciona-se a experiência realizada pela professora Carla Schwingel na Plataforma Panopticon (apud MACHADO; PALACIOS, 2007), e as experiências do professor Zanei Ramos Barcellos (2006) e da professora Rosiméri Laurindo (2004).

A professora Schwingel utilizou a plataforma Panopticon, primeira plataforma de ensino, em 2001 com estudantes de graduação da Facom/UFBA (MACHADO; PALACIOS, 2007). Segundo Machado e Palácios (2007, p. 214), “nesta plataforma qualquer aluno matriculado na disciplina poderia publicar matérias sem a necessidade de estar na sala de aula.” Uma vez publicadas, as matérias eram corrigidas pela professora e atualizadas para postagem definitiva.

Ainda segundo Machado e Palacios (2007, p. 215), existe um projeto em andamento para que a plataforma Panopticon seja transformada “em uma plataforma completa, com todas as etapas do sistema de produção de conteúdos para organizações jornalísticas e com ferramentas de ensino à distância”

Barcellos (2006), professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, desenvolveu uma nova didática para o ensino da produção de jornais, utilizando ambientes virtuais e educação presencial. Conforme relata, as aulas presenciais, correspondentes a uma parte da carga horária da disciplina *Jornal Laboratório*, foram usadas para a tomada de decisões coletivas, o fortalecimento do espírito de grupo e o reforço teórico de tópicos. O restante da carga horária foi gasto no Ambiente Virtual Eureka. Nesse ambiente, professor e alunos trabalharam em locais e tempos, realizando em uma sala virtual todas as tarefas de uma redação real (definição do tema e das pautas e troca de informações sobre o processo de produção) (BARCELLOS, 2006).

Laurindo (2004), por sua vez, resolveu utilizar recursos on-line (*blogs*) durante suas aulas de Redação IV como meio de acelerar o ritmo de produção textual, uma vez que os alunos de tal fase apresentavam certas deficiências quanto aos pré-requisitos exigidos para a fase, como domínio de redação de uma resenha.

Semanalmente, cada aluno era responsável pelos *posts* de uma matéria jornalística em seu *blog*. Esse continha encaminhamentos dirigidos pelo professor e a indicação, nas laterais, dos *links* para o *blog* dos outros alunos. Além de postar a matéria, cada estudante podia (não era exigência da disciplina) fazer comentários quanto a estrutura textual e o conteúdo material produzido pelos seus pares, assim como postar pesquisas diversas sobre o assunto da aula, trabalhos de outras disciplinas do curso e textos variados (LAURINDO, 2004).

Na avaliação de Laurindo (2004, p. 6-7), a utilização de *blogs* ofereceu “a oportunidade de conhecer sistematicamente o nível de produção textual dos pares, todos submetidos às mesmas rotinas produtivas”. Além disso, permitiu a “democratização das correções e comentários, criou-se um ambiente de aprendizado mútuo, onde a proposta de ensino-aprendizagem conjunto, identificando-se falhas e qualidades uns dos outros, favorecia a um e ao grupo.”

Em 2007, a Universidade de Santa Amaro⁷ (Unisa), em São Paulo, passou a ofertar o curso de jornalismo na modalidade semipresencial, sendo parte das disciplinas da grade curricular ministradas presencialmente e, a outra parte, a distância, via *Web*. Entre as disciplinas ofertadas a distância está: Comunicação e Expressão; Teoria da Comunicação; Filosofia; Organização Política do Brasil; História da Arte; Metodologia Científica; Comunicação Comparada; Antropologia; Economia; Cultura Brasileira; Sociologia Geral e Psicologia Geral (UNISA, 2007).

Como se percebe, as disciplinas ofertadas via *Web* são disciplinas teóricas, que não exigem prática de laboratório. Aquelas que exigem aulas práticas continuam sendo ofertadas presencialmente, pela menos na Unisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência é que, em poucos anos, dificilmente se terá um curso totalmente presencial. Incentivados pela Portaria n. 4.059, assim como pelo desenvolvimento tecnológico e a demanda por tal modalidade de ensino, muitas escolas de comunicação social ou mesmo professores isoladamente, utilizarão as novas tecnologias como suporte ao processo ensino-aprendizagem.

Acredita-se que, em breve, muitos cursos de Jornalismo estejam ofertando disciplinas através da combinação de meios tradicionais de educação a distância, recursos on-line e encontros presenciais.

Por enquanto, o ensino superior de Jornalismo totalmente a distância é inviável, uma vez que a grade curricular de tal campo de estudo prevê disciplinas práticas que dificilmente podem ser ensinadas ou aprendidas por métodos a distância.

REFERÊNCIAS

- ALVES, João Roberto Moreira. **Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem**. 1999. Disponível em: <www.engenheiro2001.org.br/programas/980201a1.htm>. Acesso em: 8 set. 2006.
- ARANT, Morgan David, Jr. **Going Online To teach journalism and Mass communication**. 1996. Disponível em: <http://eric.ed.gov/ERICDocs/data/ericdocs2sql/content_storage_01/0000019b/80/14/b4/68.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2007.
- BARCELLOS, Zanei Ramos. **Jornal real, Redação virtual, aulas semipresenciais: uma experiência bem-sucedida na PUCPR**. IN: **ENDECOM 2006 – FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA QUALIDADE DO ENSINO DE COMUNICAÇÃO**, São Paulo, 11 a 13 de maio de 2006. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/19333/1/ZaneiRamosBarcellos.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

7 Segundo informações disponibilizadas no site da universidade (<http://www.unisa.br>), as disciplinas ofertadas na modalidade a distância seguem as normas estabelecidas pela Portaria n. 4.059/04. Além do curso de jornalismo, a instituição oferece mais 21 cursos na modalidade semipresencial.

BIERHOFF, Jan; SCHMIDT; Mogens. Prefácio. In: BIERHOFF, Jan; SCHMIDT; Mogens (Edit.) **European Journalism Training in Transition the inside view**. European Journalism Centre: Maastricht, the Netherlands, 1997. Disponível em: <<http://www.ejc.nl/pdf/pub/jt.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

BRASIL. **Decreto n. 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei N. 9.394 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em: 10 nov. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 2.253**, de 18 de outubro de 2001. Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2001, Seção 1, p. 18 e 19.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2004, Seção 1, p. 34.

CALDAS, Graça; GONÇALVES, Elisabeth. Ensino de Jornalismo: cenário e perspectivas. IN: **ENDECOM 2006 – FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA QUALIDADE DO ENSINO DE COMUNICAÇÃO**, São Paulo, 11 a 13 de maio de 2006. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/19324/1/GracaCaldas.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

CUNHA, Paulo; et al. Ensino do jornalismo na web: um case sobre o uso de ambientes virtuais. IN: **V CONGRESO IBEROAMERICANO DE PERIODISMO EN INTERNET**, Salvador-Bahia, 24 e 25 nov. de 2004. Disponível em: <<http://www.espacioblog.com/myfiles/ciberperiodismo/AIAPI%202004%20Paulo%20Cunha%20et%20all.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

DE BURGH, Hugo (Ed.). **Making Journalists: Diverse models, Global Issues**. London: Routledge, 2005, 296 p.

DIAS, Osni. Vitorino Prata Castelo Branco: a trajetória de um pioneiro do ensino de jornalismo na memória das filhas Beatriz e Leonor. **Revista PJ:BR**, n. 3, 1º. sem. 2004. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/reproducoes_vitorino.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2007.

EDUCAÇÃO a distância cresce 571% entre cursos superiores, diz Censo. UOL. São Paulo, 19 dez. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2007/12/19/ult105u6101.jhtm>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

FIDALGO, António. O ensino de jornalismo no e para o século XXI. IN: **CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE JORNALISMO E INTERNET**, Coimbra, 28 e 29 de março de 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-ensino-jornalismo-internet.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

INEP. **Educação Superior: Cursos e instituições**. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/inst.stm>>. Acesso em: 07 fev. 2007.

INEP. **Sinopse da Educação Superior - 2005**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/2005/Sinopse_2005.zip>. Acesso em: 28 jan. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISAS AVANÇADAS EM EDUCAÇÃO. **Instituições de ensino superior credenciadas para programas de educação a distância**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <val.schmitt@gmail.com> em 13 fev. 2007.

KOBAYASHI, Elisabete Mayumy. **Vitorino Prata Castelo Branco: pioneiro no ensino de jornalismo**. In: I ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2004, Florianópolis.

- LAURINDO, Roseméri. *Weblogs no ensino de redação em curso do interior de SC e o mal-estar da mudança de paradigmas educacionais*. In: **FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO**, 2004, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.fnpi.org.br/grupos.php?det=48>>. Acesso em: 17 jan. 2007.
- MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 199-222.
- MARQUES DE MELO, José. Prefácio. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 7-16.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 17, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2007.
- MARTINS, Rubens. **Novo cenário da EAD nos cursos superiores**. 2006. Disponível em: <http://www.forgrad.org.br/arquivo/CO_Palestra_EAD_FORGRAD_V1_abril-06-Rubens.ppt>. Acesso em: 30 jan. 2007.
- MENDES, Mauricio Alves. **Gestão de cursos tecnológicos a distância com aplicação de laboratórios virtuais**. Florianópolis, 2007. 173 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro de Engenharia de produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio/ago. 2000, p. 131-150. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501408.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Comissão Assessora para Educação Superior a Distância (Portaria 335/2002). **Relatório**. Brasília, 2002. Relatório. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Superior a distância**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=7&id=100&Itemid=298>>. Acesso em: 30 jan. 2007.
- MORAN, José Manoel. **Avaliação do Ensino Superior a Distância no Brasil**. 2006a. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/avaliacao.htm#_ftn2>. Acesso em: 28 jan. 2007.
- MORAN, José Manoel. **O que aprendi sobre avaliação em cursos semi-presenciais**. In: SILVA, Marco; SANTOS, Edméa (Orgs.). **Avaliação da Aprendizagem em Educação Online**. São Paulo: Loyola, 2006. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/aprendi.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2007.
- MORAN, José Manoel. **Para onde caminhamos na educação**. 2005. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/caminhamos.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2007.
- NETTO, Édén Januário. **Universidade tecnológica**. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADES TECNOLÓGICAS DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Brasília, MEC, 25 de out. 2005.
- QUINN, Gary; TRENCH, Brian; O’SULLIVAN, John. **Training European Journalists Online: a survey a distance learning tools and practice**. Maastricht, The Netherlands: European Journalism Center, 2003. Disponível em: <<http://www.ejc.nl/pdf/pub/woc/TrainingJournalistsOnline..pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

REIS et al., Raul. Journalism at a Distance: The Oregon Experiment. In: **Journalism & Mass Communication Educator**, v. 54, n. 4, p. 14-28, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. Filósofos franceses no Brasil: um depoimento. In: Carlos Benedito Martins. (Org.). **Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005, p. 459-464. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/opencms/export/sites/capes/download/artigos/Artigo_12_01_06.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2007.

ROMISZOWSKI, Alexander. Editorial. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 2, n. 2, set. de 2003. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=1por&infoid=837&sid=22>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 56, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28633.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2007.

UNESCO. Aprendizaje Abierto y a Distancia: perspectivas y consideraciones políticas. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001107/110752So.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

UNISA. **Curso de Jornalismo**. Disponível em: <<http://www.unisa.br/graduacao/humanas/jorna/semipresencial.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2007.

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; SILVA, Elisabeth. **A universidade virtual no Brasil: os números do ensino superior a distância no país em 2002**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE UNIVERSIDADES VIRTUAIS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, 2003, Quito- Equador. Disponível em: <http://www.portaldeensino.com.br/ead_historico.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2007.

WIEN, Charlotte. 2005. Defining objectivity within journalism: an overview. **Nordicom Review**, 26(2): 3-15. Disponível em: <http://www.nordicom.gu.se/common/publ_pdf/222_wien.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2007.

Recebimento em:	27/08/2007
Aceite em:	27/02/2008